

# Sumário

## PARTE I ASPECTOS HISTÓRICOS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

<b>Capítulo I – História Universal do Direito Processual do Trabalho .....</b>	<b>3</b>
1.1. França.....	3
1.2. Alemanha.....	6
1.3. Itália .....	7
1.4. México .....	8
1.5. Espanha .....	9
1.6. Grã-Bretanha .....	10
1.7. Estados Unidos .....	11
1.8. Argentina.....	11
Questionário.....	12
<b>Capítulo II – Evolução do Direito Processual do Trabalho no Brasil .....</b>	<b>13</b>
Questionário.....	28

## PARTE II INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

<b>Capítulo I – Conceito de Direito Processual do Trabalho .....</b>	<b>31</b>
Questionário.....	33
<b>Capítulo II – Autonomia do Direito Processual do Trabalho .....</b>	<b>35</b>
2.1. A Questão da Autonomia do Direito Processual.....	35
2.2. A Questão da Divisão do Direito Processual e o Direito Processual do Trabalho .....	36
Questionário.....	38
<b>Capítulo III – Relações do Direito Processual do Trabalho com Outros Ramos da Ciência Jurídica .....</b>	<b>39</b>
3.1. Direito Constitucional.....	39
3.2. Direito do Trabalho .....	40
3.3. Direito Administrativo.....	40
3.4. Direito Penal e Processo Penal .....	41
3.5. Direito Processual Civil .....	41
3.6. Direito Tributário.....	41
3.7. Direito da Seguridade Social .....	42

3.8. Direito Privado (Direito Civil e Comercial).....	43
3.9. Direito do Consumidor .....	43
Questionário.....	44
<b>Capítulo IV – Fontes do Direito Processual do Trabalho .....</b>	<b>45</b>
4.1. A Sistemática das Fontes na Ciência Jurídica .....	45
4.2. A Classificação das Fontes.....	46
4.2.1. Fontes Diretas ou Imediatas.....	46
4.2.1.1. Lei .....	46
4.2.2. Fontes Indiretas ou Mediatas.....	47
4.2.2.1. Doutrina .....	47
4.2.2.2. Jurisprudência.....	48
4.2.2.2.1. A Súmula Vinculante e sua Sistematização.....	50
4.3. A Natureza Cogente da Norma Jurídica Processual Trabalhista como Justificativa do Predomínio da Fonte Formal no Direito Processual .....	52
4.3.1. Visão Geral das Fontes Processuais Trabalhistas.....	52
4.3.1.1. A Norma Estatal Processual Trabalhista.....	52
4.3.1.2. Outras Fontes Processuais Trabalhistas.....	53
Questionário.....	54
<b>Capítulo V – Hermenêutica do Direito Processual do Trabalho .....</b>	<b>57</b>
5.1. Hermenêutica .....	57
5.2. Interpretação .....	57
5.2.1. Técnicas de Interpretação .....	58
5.2.1.1. Quanto à Origem.....	58
5.2.1.2. Quanto aos Resultados .....	58
5.2.1.3. Quanto ao Método .....	59
5.3. Integração.....	60
5.3.1. Equidade.....	61
5.3.2. Princípios Gerais de Direito.....	62
5.3.3. Analogia.....	65
5.4. A Questão da Aplicação das Normas Jurídicas.....	65
5.4.1. As Normas Processuais no Tempo .....	66
5.4.1.1. A Questão da Vigência da Norma Processual.....	66
5.4.1.2. A Irretroatividade da Norma Jurídica .....	67
5.4.2. A Norma Processual no Tempo .....	68
5.4.2.1. A Eficácia da EC nº 45/04 no Tempo .....	69
5.4.3. As Normas Processuais no Espaço .....	72
5.4.3.1. A Competência Internacional no Direito Processual Civil .....	72
5.4.3.2. A Competência Internacional no Direito Processual do Trabalho .....	73
5.4.3.3. A Aplicação Espacial e o Direito do Trabalho .....	74
Questionário.....	77
<b>Capítulo VI – Princípios e o Direito Processual do Trabalho .....</b>	<b>79</b>
6.1. A Noção de Princípio.....	79

6.2. Princípios do Direito Processual.....	80
6.2.1. Princípios Informativos .....	80
6.2.2. Princípios Fundamentais .....	81
6.2.2.1. Princípio da Igualdade ou da Isonomia.....	81
6.2.2.2. Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa.....	83
6.2.2.3. Princípio da Imparcialidade do Juiz .....	84
6.2.2.4. Princípio da Publicidade e da Motivação das Decisões ....	84
6.2.2.5. Princípio do Devido Processo Legal.....	86
6.2.2.5.1. Duplo Grau de Jurisdição.....	86
6.2.2.6. Princípio da Razoabilidade da Duração do Processo .....	89
6.3. Princípios Comuns ao Direito Processual Civil e ao Direito Processual do Trabalho .....	89
6.3.1. Princípios: Dispositivo e Inquisitivo .....	89
6.3.2. Princípio da Lealdade Processual.....	90
6.3.3. Princípio da Oralidade .....	91
6.3.4. Princípio da Economia Processual.....	92
6.3.5. Princípio da Eventualidade ou Preclusão .....	92
6.3.6. Princípio do Ônus da Prova .....	93
6.3.7. Princípio da Instrumentalidade .....	96
6.3.8. Princípio da Impugnação Especificada.....	96
6.3.9. Princípio da Estabilidade da Lide .....	97
6.3.10. Princípio da Eventualidade .....	98
6.4. Os Princípios Peculiares ao Direito Processual do Trabalho .....	98
6.4.1. O Princípio Protetor e o Direito Processual do Trabalho .....	98
6.4.1.1. O Princípio Protetor e o Direito do Trabalho .....	98
6.4.1.2. O Princípio Protetor no Processo Trabalhista .....	100
6.4.2. Princípio da Busca da Verdade Real.....	101
6.4.3. Princípio da Finalidade Social.....	102
6.4.4. Princípio da Indisponibilidade .....	102
6.4.5. Princípio da Conciliação .....	103
6.4.6. Princípio da Normatização Coletiva .....	104
6.5. O Caráter Subsidiário do Direito Processual Civil no Processo Trabalhista .	104
Questionário.....	105
<b>Capítulo VII – As Relações e os Conflitos Coletivos de Trabalho.....</b>	<b>107</b>
7.1. As Relações de Trabalho: Individual e Coletiva.....	107
7.2. Conflitos de Trabalho .....	109
7.2.1. Conceito .....	109
7.2.2. Classificação: Conflitos Individuais e Coletivos de Trabalho.....	111
7.3. A Solução de Conflitos Coletivos de Trabalho na Doutrina: Formas e Classificação.....	116
7.4. Os Meios de Solução de Conflitos Coletivos de Trabalho Apregoados pela Organização Internacional do Trabalho.....	121
7.5. Os Principais Meios de Solução de Conflitos Coletivos de Trabalho.....	123
7.5.1. Negociação coletiva .....	124

7.5.2. Conciliação .....	128
7.5.3. Mediação .....	129
7.5.4. Arbitragem .....	131
7.5.5. Jurisdição .....	134
7.5.5.1. O Poder Normativo da Justiça do Trabalho .....	136
Questionário .....	144
<b>Capítulo VIII – As Formas de Soluções de Conflitos Individuais de Trabalho .</b>	<b>147</b>
8.1. Autodefesa.....	147
8.2. Autocomposição.....	147
8.2.1. Negociação Direta .....	147
8.2.2. Comissões Prévias de Conciliação .....	147
8.2.2.1. Introdução.....	147
8.2.2.2. Constituição.....	148
8.2.2.3. A Comissão na Empresa .....	148
8.2.2.4. A Comissão no Sindicato .....	149
8.2.2.5. Procedimento na Comissão.....	150
8.2.2.6. Dos Efeitos da Conciliação Perante a Comissão .....	155
8.3. Heterocomposição .....	156
8.3.1. Arbitragem .....	156
8.3.1.1. Introdução.....	156
8.3.1.2. Arbitragem Facultativa e Obrigatória .....	157
8.3.1.3. Convenção de Arbitragem .....	157
8.3.1.4. Arbitragem e o Conflito Individual do Trabalho.....	157
8.3.2. Jurisdição .....	159
Questionário.....	159

### PARTE III

### ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

<b>Capítulo I – A Constituição Federal e a Estrutura da Justiça do Trabalho.....</b>	<b>163</b>
Questionário.....	167
<b>Capítulo II – Tribunal Superior do Trabalho.....</b>	<b>169</b>
2.1. Tribunal Pleno .....	169
2.2. Seção Administrativa .....	171
2.3. Seção Especializada em Dissídios Coletivos .....	171
2.4. Seção Especializada em Dissídios Individuais.....	172
2.5. Turmas .....	173
2.6. Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.....	173
Questionário.....	174
<b>Capítulo III – Tribunais Regionais do Trabalho.....</b>	<b>175</b>
3.1. Regiões.....	175
3.2. Competência originária.....	176
3.3. Competência recursal.....	176

3.4. Composição e funcionamento .....	176
3.5. Corregedoria Regional.....	178
Questionário.....	179
<b>Capítulo IV – Varas do Trabalho .....</b>	<b>181</b>
4.1. Critérios legais para a criação de uma Vara do Trabalho .....	181
4.2. Composição .....	182
4.3. Funcionamento.....	184
4.4. A Transferência da Vara do Trabalho e a Lei nº 10.770/03 .....	185
Questionário.....	186
<b>Capítulo V – Órgãos Auxiliares da Justiça do Trabalho.....</b>	<b>187</b>
5.1. Secretaria da Vara do Trabalho .....	187
5.2. Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho.....	188
5.3. Serviços Administrativos do Tribunal Superior do Trabalho .....	189
5.3.1. Secretaria-Geral .....	189
5.3.2. Gabinete do Presidente .....	189
5.3.3. Gabinete dos Ministros.....	190
5.4. Distribuidor.....	190
5.5. Oficial de Justiça Avaliador.....	190
5.6. Contadoria .....	191
5.7. Perito .....	191
5.8. Depositário e Administrador .....	192
5.9. Intérprete.....	193
Questionário.....	194
<b>Capítulo VI – Ministério Público do Trabalho.....</b>	<b>195</b>
6.1. Ministério Público .....	195
6.2. Conselho Nacional do Ministério Público .....	197
6.3. Órgãos Integrantes do Ministério Público do Trabalho .....	198
6.4. A Atuação Judicial e Extrajudicial do Ministério Público do Trabalho ...	199
Questionário.....	200

## PARTE IV

### COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

<b>Capítulo I – A Importância da Jurisdição .....</b>	<b>205</b>
1.1. A Noção de Jurisdição .....	205
1.2. A Jurisdição Trabalhista .....	207
Questionário.....	209
<b>Capítulo II – Competência .....</b>	<b>211</b>
Questionário.....	214
<b>Capítulo III – Competência Material da Justiça do Trabalho .....</b>	<b>215</b>
3.1. Introdução.....	215
3.2. Trabalho Humano e o Direito do Trabalho .....	216

3.3. Conceito de Relação de Trabalho.....	217
3.3.1. Relação de Trabalho e Relação de Consumo.....	219
3.4. Dissídios Individuais e a Competência Material Trabalhista e a EC nº 45..	227
3.4.1. A Qualidade de Ex-Empregado e a Complementação de Aposentadoria ou de Pensão.....	232
3.4.2. Pré-contrato.....	233
3.4.3. Ação de Perdas e Danos.....	235
3.4.4. Atleta Profissional de Futebol.....	240
3.4.5. Contribuições Previdenciárias.....	241
3.4.6. Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza Incidentes Sobre a Remuneração do Empregado.....	245
3.4.6.1. Os Ilícitos Trabalhistas que Refletem no Direito Tributário..	245
3.4.6.2. O Sistema Federativo e a Repartição de Competência Tributária.....	247
3.4.6.3. Competência Tributária do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza.....	248
3.4.6.4. A Competência da Justiça do Trabalho para o Imposto de Renda Incidente sobre os Rendimentos do Trabalhador ..	248
3.4.7. Demais Tipos de Relações de Trabalho.....	257
3.4.7.1. Trabalhador Autônomo.....	258
3.4.7.2. Trabalhador Eventual.....	259
3.4.7.3. Trabalhador Doméstico.....	260
3.4.7.4. Trabalhador Avulso.....	263
3.4.7.5. Trabalhador Temporário.....	265
3.4.7.6. Empregado Rural.....	266
3.4.8. A Justiça do Trabalho e o Contrato de Empreitada.....	266
3.4.8.1. Conceito de Empreitada.....	266
3.4.8.2. Empreiteiro – Operário ou Artífice.....	267
3.4.8.3. Empreitada e Subempreitada.....	267
3.4.9. Agentes Públicos.....	268
3.5. Dissídio Individual e a Competência Derivada.....	273
3.6. Dissídios Individuais Especiais.....	274
3.7. Ações Relativas aos Atos Praticados pela Fiscalização do Trabalho.....	275
3.8. Entes de Direito Público Externo e a Competência Material Trabalhista..	276
3.9. Dissídio Coletivo.....	279
3.9.1. Conceito de Dissídio Coletivo de Trabalho.....	279
3.9.2. Espécies de Dissídio Coletivo.....	280
3.9.3. Competência Jurisdicional para os Dissídios Coletivos de Trabalho ..	281
3.10. Dissídios Sindicais.....	282
3.10.1. Conflitos intersindicais coletivos.....	283
3.10.2. Intersindicais Não-Coletivos.....	283
3.10.3. Conflitos Intra-Sindicais (ou Internos).....	284
3.10.4. Conflitos Extra-Sindicais.....	284
3.10.5. Conflitos Entre Trabalhadores.....	284

3.10.6. Dissídios Individuais Sindicais sobre Contribuições.....	284
3.11. Ações que Envolvam o Exercício do Direito de Greve e o Lockout .....	294
3.12. Súmulas do Supremo Tribunal Federal e a Competência Material Trabalhista.....	298
3.13. Súmulas do Extinto Tribunal Federal de Recursos e a Competência Material Trabalhista.....	298
3.14. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e a Competência Material Trabalhista.....	299
3.15. Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho e a Competência Material Trabalhista.....	300
3.16. Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais – I do Tribunal Superior do Trabalho e a Competência Material Trabalhista ....	301
3.17. Competência Penal da Justiça do Trabalho.....	301
3.18. A Justiça do Trabalho e o Transporte Rodoviário .....	305
Questionário.....	306
<b>Capítulo IV – Competência Territorial da Justiça do Trabalho .....</b>	<b>309</b>
4.1. Dissídio Individual e a Competência Territorial Trabalhista .....	309
4.1.1. Empregado – Agente ou Viajante Comercial .....	309
4.1.2. Empregado Brasileiro Laborando no Estrangeiro .....	310
4.1.3. Empresas que Promovem Atividades Fora do Lugar do Contrato .....	310
4.2. Dissídio Coletivo e a Competência Territorial Trabalhista.....	312
4.3. Prorrogação da Competência .....	313
4.4. Foro de Eleição e a Competência Territorial Trabalhista .....	314
Questionário.....	315
<b>Capítulo V – Competência Funcional da Justiça do Trabalho.....</b>	<b>317</b>
5.1. Atribuições do Juiz Titular da Vara do Trabalho.....	317
5.2. Atribuições do Juiz-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho .....	317
5.3. Tribunais Regionais do Trabalho.....	318
5.3.1. Competência Originária .....	318
5.3.2. Competência Recursal .....	318
5.3.3. Funcionamento.....	318
5.4. Tribunal Superior do Trabalho .....	319
5.5. Juiz de Direito .....	319
Questionário.....	320
<b>Capítulo VI – Competência em Função do Valor e a Justiça do Trabalho .....</b>	<b>321</b>
6.1. Introdução.....	321
6.2. Procedimento Sumário e o Valor da Causa .....	321
6.3. Procedimento Sumaríssimo e o Valor da Causa .....	321
6.3.1. Recurso Ordinário no Procedimento Sumaríssimo.....	321
6.3.2. Recurso de Revista no Procedimento Sumaríssimo .....	322
Questionário.....	323
<b>Capítulo VII – Conflitos de Competência .....</b>	<b>325</b>
Questionário.....	327

## PARTE V

### A DECADÊNCIA E A PRESCRIÇÃO

<b>Capítulo I – A Decadência e a Prescrição .....</b>	<b>331</b>
1.1. Conceitos de Decadência e Prescrição.....	331
1.2. Normas Gerais sobre a Prescrição.....	336
1.3. Prescrição e Preclusão.....	337
1.4. Prescrição e Perempção .....	338
1.5. A Redução do Prazo Decadencial e Prescricional pela Lei Nova e sua Aplicação Imediata.....	340
1.6. Início da Contagem do Novo Prazo Decadencial e Prescricional .....	341
Questionário.....	343
<b>Capítulo II – A Decadência no Direito do Trabalho .....</b>	<b>345</b>
2.1. As Hipóteses de Decadência no Direito do Trabalho .....	345
2.2. Prazo de Trinta Dias para a Propositura do Inquérito para Apuração de Falta Grave .....	345
2.3. Ação Rescisória.....	346
2.4. Mandado de Segurança .....	349
2.5. Comprovação do Estado Gravídico .....	351
2.6. A Estabilidade Provisória e a Decadência do Direito .....	352
Questionário.....	355
<b>Capítulo III – Causas Impeditivas, Suspensivas e Interruptivas da Prescrição .</b>	<b>357</b>
3.1. Causas Impeditivas, Suspensivas e Interruptivas da Prescrição .....	357
3.2. Prescrição Trabalhista: Causas Impeditivas e Suspensivas .....	359
3.3. Prescrição Trabalhista: Causas Interruptivas.....	364
3.4. O Ajuizamento das Ações Coletivas e a Interrupção da Prescrição Para as Ações Individuais .....	365
Questionário.....	365
<b>Capítulo IV – Normas Específicas da Prescrição Trabalhista .....</b>	<b>367</b>
4.1. A Importância da Prescrição .....	367
4.2. Prazos Prescricionais Trabalhistas.....	367
4.2.1. A Prescrição do Rurícola em Face da EC. nº 28 .....	368
4.2.2. Prescrição nos Contratos dos Empregados Domésticos .....	370
4.2.3. Prescrição em Ações Declaratórias .....	373
4.2.4. Prescrição em Ações Constitutivas .....	374
4.2.5. O Prazo Prescricional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço .	375
4.2.6. Prescrição e as Férias.....	377
4.3. Termo Inicial de Contagem da Prescrição .....	378
4.3.1. Tese dos Sete Anos .....	379
4.3.2. Parcelas Oriundas de Sentença Normativa .....	380
4.3.3. Ato Único do Empregador (Prescrição Total e Parcial).....	381
4.3.4. Parcelas de Complementação de Aposentadoria .....	384



4.4. Arguição da Prescrição: Legitimidade e Momento.....	385
4.4.1. Legitimidade .....	385
4.4.2. Momento de Arguição no Processo de Conhecimento.....	386
4.4.3. Declaração de Ofício da Prescrição .....	388
4.4.4. A Questão da Prescrição Intercorrente .....	392
4.4.4.1. Conceito da Prescrição Intercorrente .....	392
4.4.4.2. A Prescrição Intercorrente é Aplicável ao Processo Trabalhista? .....	393
4.4.4.3. Prescrição Intercorrente: Prazo e o Momento Adequado..	395
Questionário.....	396
<b>Capítulo V – Enfoques Jurisprudenciais Específicos sobre a Prescrição Trabalhista .....</b>	<b>397</b>
5.1. Períodos Descontínuos de Trabalho.....	397
5.2. A Suspensão da Prescrição – Obstáculos Legais e Judiciais.....	397
5.3. A Interrupção Trabalhista pelo Arquivamento da Demanda .....	398
5.3.1. A Demanda Arquivada – Contagem da Prescrição .....	400
5.4. Equiparação Salarial.....	401
5.5. Desvio de Função.....	402
5.6. Gratificação Semestral .....	402
5.7. Horas Extras Pré-Contratadas e Suprimidas .....	402
5.8. Adicional de Horas Extras .....	403
5.9. O Aviso Prévio e a Prescrição.....	403
5.10. Mudança de Regime Celetista para Estatutário .....	404
5.11. Complementação de Pensão e Auxílio-Funeral.....	405
5.12. A Decadência ou a Prescrição Afastada pela Instância Superior .....	405
5.13. Danos Materiais e Morais na Justiça do Trabalho .....	406
5.14. A Prescrição das Ações que Passaram a ser de Competência da Justiça do Trabalho (EC. nº 45) .....	413
5.15. A Prescrição e a Constatação da Doença Profissional .....	417
5.16. Diferenças Salariais dos Planos Econômicos .....	417
5.17. Diferenças dos Planos Econômicos no FGTS .....	418
5.18. A Prescrição Trabalhista na Falência .....	422
5.19. A Prescrição na Ação Civil Pública Trabalhista .....	425
5.20. Prescrição da Ação Popular .....	427
5.21. O Ajuizamento das Ações Coletivas e a Interrupção da Prescrição da Ação Individual.....	427
Questionário.....	428

## PARTE VI AÇÕES TRABALHISTAS

<b>Capítulo I – Direito de Ação .....</b>	<b>431</b>
1.1. Ação e Pretensão .....	431
1.2. Definição do Direito de Ação.....	432

1.2.1. Introdução.....	432
1.2.2. Definição.....	433
1.2.3. Autonomia do Direito de Ação.....	433
1.3. Condições da Ação.....	434
1.3.1. Interesse de Agir.....	434
1.3.2. Legitimidade de Agir.....	434
1.3.3. Possibilidade Jurídica do Pedido.....	435
1.3.3.1. A Possibilidade Jurídica do Pedido como Condição da Ação.....	435
1.4. Garantias Constitucionais do Direito de Ação e o Processo Trabalhista ...	436
Questionário.....	437
<b>Capítulo II – Classificação das Ações Trabalhistas .....</b>	<b>439</b>
2.1. Classificação das Ações.....	439
2.1.1. Quanto ao Tipo de Provimento Pedido pelo Autor.....	441
2.1.1.1. Conhecimento.....	441
2.1.1.2. Execução.....	441
2.1.1.3. Cautelar.....	444
2.1.2. Tutela Pleiteada no Processo de Conhecimento.....	444
2.1.2.1. Declaratória.....	444
2.1.2.2. Condenatória.....	445
2.1.2.3. Constitutiva.....	445
2.2. Os Conflitos Trabalhistas.....	446
2.3. Ações Individuais Trabalhistas.....	446
2.3.1. Ações Individuais Trabalhistas de Conhecimento.....	446
2.3.1.1. Condenatória.....	446
2.3.1.2. Constitutiva.....	447
2.3.1.3. Declaratória.....	447
2.3.2. Ações Individuais Trabalhistas Executórias.....	448
2.3.2.1. A Execução Trabalhista e a Ação Monitória.....	449
2.3.2.1.1. Visão Panorâmica da Ação Monitória no Processo Civil.....	449
2.3.2.1.2. A Ação Monitória no Processo Trabalhista.....	451
2.3.2.1.2.1. Ementário Jurisprudencial.....	452
2.3.3. Ações Individuais Cautelares Trabalhistas.....	452
2.4. Ações Coletivas Trabalhistas.....	454
2.5. Tutela Antecipada.....	455
2.5.1. Introdução.....	455
2.5.2. Tutela Antecipada e a Tutela Cautelar.....	456
2.5.3. Tutela Antecipada e o Julgamento Antecipado da Lide.....	457
2.5.4. Tutela Antecipada Genérica.....	457
2.5.4.1. Prova Inequívoca que Convença da Verossimilhança da Alegação.....	457
2.5.4.2. Receio de Dano Irreparável ou de Difícil Reparação.....	458

2.5.4.3. Abuso de Direito de Defesa ou Propósito Protelatório do Réu .....	458
2.5.4.4. Pedido Cumulado Incontroverso .....	459
2.5.4.5. A Concessão da Cautelar Incidental como Tutela Antecipada .....	459
2.5.4.6. Fundamentação da Tutela Antecipada .....	459
2.5.4.7. Concessão da Tutela Antecipada .....	459
2.5.4.8. Situação de Irreversibilidade .....	461
2.5.4.9. A Efetivação da Tutela Antecipada .....	461
2.5.4.10. Revogação da Tutela Antecipada .....	462
2.5.5. Tutela Antecipada Quanto às Obrigações de Fazer e Não Fazer...	463
2.5.6. Tutela Antecipada em Obrigação para Entrega de Coisa .....	464
2.5.7. Tutela Antecipatória contra a Fazenda Pública .....	465
2.5.8. A Tutela Antecipada e a Jurisprudência Atual do Tribunal Superior do Trabalho .....	466
2.6. Ação Declaratória Incidental .....	467
2.6.1. Conceito .....	467
2.6.2. Requisitos e Procedimento .....	468
Questionário .....	469
<b>Capítulo III – Processo</b> .....	471
3.1. Conceitos: Processo e Procedimento .....	471
3.2. Relação Jurídica Material e Processual .....	471
3.3. Formação do Processo .....	472
3.4. Suspensão do Processo .....	472
3.4.1. Pela Morte ou Perda de Capacidade Processual .....	473
3.4.2. Por Convenção das Partes .....	474
3.4.3. Em Razão de Exceção .....	474
3.4.4. Suspensão por Prejudicialidade .....	474
3.4.5. Motivo de Força Maior .....	475
3.4.6. Outras Hipóteses Legais .....	475
3.5. Extinção do Processo .....	475
3.5.1. Conceito de Sentença .....	475
3.5.2. Sentenças Processuais .....	477
3.5.3. Sentenças Definitivas .....	480
3.5.3.1. Acolhimento ou Rejeição do Pedido .....	480
3.5.3.2. Reconhecimento do Pedido pelo Réu .....	480
3.5.3.3. Transação .....	481
3.5.3.4. Prescrição e Decadência .....	482
3.5.3.5. Renúncia ao Direito .....	486
3.6. Pressupostos Processuais .....	487
3.7. Pressupostos Processuais de Existência .....	487
3.7.1. Petição Inicial .....	487
3.7.2. Jurisdição .....	487
3.7.3. Citação .....	488

3.7.4. Capacidade Postulatória .....	488
3.8. Pressupostos Processuais de Validade – Positivos .....	488
3.8.1. Petição Inicial Válida .....	488
3.8.2. Órgão Jurisdicional Competente .....	489
3.8.3. Imparcialidade .....	489
3.8.4. Capacidade .....	491
3.9. Pressupostos Processuais de Validade – Negativos .....	493
3.9.1. Litispendência e Coisa Julgada .....	493
3.9.2. Convenção de Arbitragem .....	493
3.9.2.1. Arbitragem e o Conflito Individual do Trabalho .....	494
3.9.2.2. Arbitragem e o Conflito Coletivo de Trabalho .....	496
3.9.3. Perempção .....	496
Questionário .....	498
<b>Capítulo IV – Sujeitos da Relação Processual</b> .....	499
4.1. Juiz .....	499
4.1.1. Atuação do Juiz – Visão Crítica .....	499
4.1.2. O Juiz e a Administração Pública .....	501
4.1.2.1. Agentes Públicos .....	501
4.1.2.2. O Juiz é um Servidor Público ou um Agente Político? .....	503
4.1.3. Garantias e Prerrogativas da Magistratura .....	503
4.1.4. Deveres da Magistratura .....	504
4.1.5. Atividades vedadas à magistratura .....	509
4.1.6. O Juiz e a Relação Jurídico-Processual .....	511
4.1.6.1. Os Poderes do Juiz na Relação Processual .....	512
4.1.6.1.1. A Importância da Audiência no Processo Trabalhista .....	512
4.1.6.2. Poderes Jurisdicionais do Magistrado .....	514
4.1.6.2.1. Poderes Ordinatórios ou Instrumentais .....	514
4.1.6.2.2. Poderes Instrutórios .....	515
4.1.6.2.3. Poderes Finais .....	515
4.1.6.2.4. Poderes de Cautela e Antecipação de Tutela .....	516
4.1.7. Penalidades Aplicáveis ao Juiz .....	516
4.1.7.1. A Pena de Demissão .....	518
4.1.7.2. Conselho Nacional de Justiça e as Penalidades Aplicáveis ao Juiz .....	520
4.1.8. Responsabilidade Penal do Magistrado .....	523
4.1.9. Responsabilidade Civil dos Magistrados e do Estado por Atos Daquelles .....	525
4.2. Partes .....	528
4.2.1. Capacidade de Ser Parte e de Estar em Juízo .....	529
4.2.2. Representação .....	530
4.2.3. Assistência .....	531
4.2.4. A Presença das Partes no Processo Trabalhista .....	532
4.2.4.1. Absolutamente e Relativamente Incapazes .....	532

4.2.4.2. Curatela Especial .....	532
4.2.4.3. Sociedades de Fato e Irregular .....	533
4.2.4.4. Massa Falida .....	533
4.2.4.5. Concordata e Recuperação Judicial .....	534
4.2.4.6. Espólio .....	536
4.2.4.7. Herança Jacente .....	537
4.2.4.8. Condomínio .....	537
4.2.4.9. Pessoas Jurídicas .....	538
4.2.4.9.1. A Representação do Empregador em Audiência .....	538
4.2.4.9.2 Advogado e Preposto .....	540
4.2.4.10. União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios .....	543
4.2.4.11. Autarquias .....	543
4.2.4.12. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) .....	543
4.2.4.13. Fundações .....	544
4.2.4.14. Sociedade em Liquidação Extrajudicial .....	544
4.2.4.15. Devedor Civil Insolvente .....	545
4.2.4.16. Empregador Doméstico .....	545
4.2.4.17. Sociedade de Economia Mista .....	546
4.2.4.18. Empresa Pública .....	546
4.2.4.19. Empregado .....	546
4.3. Capacidade Postulatória .....	547
4.3.1. Conceito .....	547
4.3.2. O Processo Trabalhista e a Capacidade Postulatória .....	548
4.3.2.1. A Sucumbência no Processo do Trabalho .....	550
4.3.3. A Assistência Judiciária na Justiça do Trabalho .....	551
4.3.3.1. A Assistência Judiciária é Monopólio da Entidade Sindical no Processo do Trabalho? Como Ficam os Honorários Advocatícios Diante das Recentes Alterações Legais – Lei nº 10.288/01 e a Lei nº 10.537/02? .....	551
4.3.3.1.1. Introdução .....	551
4.3.3.1.2. A Lei nº 10.288, de 20 de setembro de 2001 .....	553
4.3.3.1.3. A Lei nº 10.537, de 27 de agosto de 2002 .....	554
4.3.4. O Novo Código Civil e a Verba Honorária Advocatícia no Processo do Trabalho .....	555
4.3.4.1. Introdução .....	555
4.3.4.2. A Responsabilidade pela Verba Honorária Advocatícia. O Princípio da Causalidade .....	556
4.3.4.3. A Verba Honorária Advocatícia em face do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil .....	557
4.3.4.4. O Cabimento da Verba Honorária Advocatícia no Processo Trabalhista pelo Prisma do Trabalhador .....	558
4.3.4.5. O Cabimento da Verba Honorária Advocatícia no Processo Trabalhista pelo Prisma do Empregador .....	561

4.4. Advogado.....	562
4.4.1. Da Atividade da Advocacia.....	562
4.4.2. Do Mandato.....	563
4.4.2.1. A Importância do Mandato no Processo Civil.....	563
4.4.2.2. Mandato Tácito no Processo do Trabalho.....	565
4.4.3. Dos Direitos e dos Deveres do Advogado.....	565
4.4.4. Da Incompatibilidade e Impedimento.....	566
4.4.5. Das Infrações e Sanções Disciplinares.....	567
4.4.6. Da Responsabilidade Civil do Advogado.....	568
4.5. A Responsabilidade dos Participantes do Processo.....	570
4.5.1. Responsabilidade das Partes por Dano Processual.....	570
4.5.1.1. Caracterização da Litigância de Má-fé Pelas Partes (art. 17, CPC).....	571
4.5.1.1.1. Deduzir Pretensão ou Defesa contra Texto Expresso de Lei ou Fato Incontroverso.....	571
4.5.1.1.2. Alterar a Verdade dos Fatos.....	571
4.5.1.1.3. Usar do Processo para Conseguir Objetivo Ilegal.....	571
4.5.1.1.4. Ouser Resistência Injustificada ao Andamento do Processo.....	572
4.5.1.1.5. Proceder de Modo Temerário em Qualquer Incidente ou Ato do Processo.....	572
4.5.1.1.6. Provocar Incidentes Manifestamente Infundados.....	572
4.5.1.1.7. Interposição de Recurso com Intuito Manifestamente Protelatório.....	573
4.5.2. Natureza Jurídica da Sanção Imposta ao Litigante de Má-fé.....	573
4.5.3. Conteúdo das Perdas e Danos pela Litigância de Má-fé.....	573
4.5.4. O Processo Trabalhista e a Litigância de Má-fé.....	574
4.5.5. A Litigância de Má-fé e o Art. 940 do Código Civil (Art. 1.531 do Código Civil de 1916).....	575
4.5.6. Ementário jurisprudencial.....	578
4.6. Sucessão das Partes.....	580
4.6.1. Sucessão de Empregado por Ato entre Vivos.....	580
4.6.2. Sucessão de Empresas.....	581
4.6.3. Sucessão de Empregado por Ato Causa Mortis.....	582
4.6.4. Sucessão do Empregador por Ato Causa Mortis.....	586
4.7. Substituição Processual.....	586
4.7.1. O Sindicato como Substituto Processual.....	586
4.7.2. O Substituído e a Substituição Processual Trabalhista.....	594
4.8. Litisconsórcio.....	595
4.8.1. Tipos de Litisconsórcio.....	595
4.8.1.1. Quanto à Cumulação de Sujeitos.....	595
4.8.1.2. Quanto ao Tempo de sua Formação.....	595
4.8.1.3. Quanto à sua Obrigatoriedade.....	595
4.8.1.4. Quanto ao Alcance de seus Efeitos.....	595

4.8.2. Os Tipos de Litisconsórcio e Procedimentos .....	596
4.8.3. A Cumulação Subjetiva Prevista no Art. 842 da CLT .....	597
4.9. Intervenção de Terceiros .....	597
4.9.1. Conceito de Terceiro .....	598
4.9.2. Tipos de Intervenção de Terceiro .....	599
4.9.2.1. Assistência .....	599
4.9.2.1.1. Assistência Simples .....	599
4.9.2.1.2. Assistência Litisconsorcial .....	600
4.9.2.2. Oposição .....	600
4.9.2.3. Nomeação à Autoria .....	603
4.9.2.4. Denúnciação à Lide .....	604
4.9.2.4.1. Conceito .....	604
4.9.2.4.2. Hipóteses Legais .....	604
4.9.2.4.3. Procedimento .....	604
4.9.2.4.4. O Cabimento da Denúnciação da Lide no Pro- cesso do Trabalho .....	605
4.9.2.4.5. <i>Factum Principis</i> e a Denúnciação à Lide .....	607
4.9.2.5. Chamamento ao Processo .....	609
Questionário .....	609
<b>Capítulo V – Atos Processuais</b> .....	611
5.1. Conceito de Atos Processuais .....	611
5.2. Classificação dos Atos Processuais .....	614
5.3. Forma dos Atos Processuais .....	615
5.4. Publicidade dos Atos Processuais .....	616
5.4.1. Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais .....	617
5.5. Atos da Parte .....	619
5.5.1. Conceito e Classificação .....	619
5.5.2. Efeitos dos Atos Praticados pelas Partes .....	619
5.5.3. Petições e Autos Suplementares .....	619
5.5.4. Cotas Marginais e Lineares nos Autos .....	620
5.6. Atos do Juiz .....	620
5.6.1. Atos Decisórios .....	620
5.6.2. Atos Não Decisórios .....	624
5.6.3. Forma dos Atos Decisórios .....	624
5.7. Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria .....	628
5.8. Forma dos Termos Processuais .....	629
5.8.1. Processo Eletrônico .....	631
5.9. O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais .....	633
5.9.1. O Tempo .....	633
5.9.1.1. Feriados e Férias Forenses .....	633
5.9.2. O Lugar .....	636
5.10. Prazos Processuais .....	636
5.10.1. Classificação dos Prazos Processuais .....	636
5.10.2. Natureza dos Prazos Processuais .....	637

5.10.3. Fluência dos Prazos Recursais.....	637
5.10.3.1. Contagem dos Prazos: Termo Inicial .....	638
5.10.3.1.1. O Termo Inicial para o Recurso .....	639
5.10.3.1.2. Recurso e o Protocolo Integrado.....	641
5.10.3.1.3. Feriado Local e o Prazo Recursal.....	641
5.10.3.2. Termo Final .....	641
5.10.4. Preclusão.....	641
5.10.5. Prazos para as Partes .....	642
5.10.6. Prazos para o Juiz e seus Auxiliares .....	642
5.10.7. Prazo para a Fazenda Pública .....	643
5.10.8. Principais Prazos Trabalhistas .....	644
5.11. Intercâmbio Processual .....	644
5.11.1. Forma dos Atos de Comunicação .....	645
5.11.2. Requisitos das Cartas .....	645
5.11.3. Cumprimento das Cartas.....	646
5.11.4. Cartas Urgentes.....	646
5.11.5. Cartas Rogatórias .....	646
5.11.6. Intercâmbio Processual e a Informatização.....	647
5.12. Citação .....	648
5.12.1. Destinatário, Local e Impedimentos Legais da Citação .....	648
5.12.2. Modos de Realização da Citação .....	649
5.12.2.1. Citação pelo Correio .....	649
5.12.2.2. Citação por Oficial de Justiça.....	650
5.12.2.2.1. Citação com Hora Certa .....	650
5.12.2.3. Citação por Edital .....	651
5.12.3. Efeitos da Citação.....	651
5.13. Intimação .....	652
5.13.1. Conceito .....	652
5.13.2. Forma .....	652
5.13.3. Forma e a Informatização Processual.....	653
5.14. A Comunicação dos Atos Processuais no Processo Trabalhista .....	654
5.15. Distribuição .....	656
5.16. Vícios do Ato Processual .....	658
5.16.1. Introdução.....	658
5.16.2. Espécies de Vícios do Ato Processual .....	658
5.16.3. As Nulidades no Código de Processo Civil .....	659
5.16.4. As Nulidades no Processo do Trabalho.....	662
Questionário.....	664
<b>Capítulo VI – Petição Inicial .....</b>	<b>665</b>
6.1. Conceito .....	665
6.2. Requisitos da Petição Inicial no Processo Civil.....	665
6.3. Requisitos da Petição Inicial no Processo do Trabalho .....	666
6.3.1. Requisitos Externos.....	666
6.3.2. Requisitos Internos .....	666



6.3.2.1. Designação da Autoridade Judicial a Quem é Dirigida ....	667
6.3.2.2. Qualificação das Partes .....	668
6.3.2.3. Breve Exposição dos Fatos que Deram Origem ao Dissídio .....	668
6.3.2.4. O Pedido .....	669
6.3.2.4.1. Requisitos do Pedido .....	671
6.3.2.4.2. Pedidos Determinados e Genéricos .....	672
6.3.2.4.3. Pedido Fixo .....	673
6.3.2.4.4. Pedido Alternativo .....	673
6.3.2.4.5. Pedidos Subsidiários ou Sucessivos .....	673
6.3.2.4.6. Pedido Único e Pedidos Cumulados .....	674
6.3.2.4.7. Pedido de Prestações Periódicas .....	674
6.3.2.4.8. Pedido com Cominação .....	675
6.3.2.5. Assinatura do Autor ou de seu Representante .....	675
6.3.3. A Petição Inicial e o Valor da Causa no Processo Trabalhista .....	675
6.3.3.1. Conceitos .....	675
6.3.3.2. Procedimento Sumário e o Valor da Causa .....	677
6.3.3.3. Procedimento Sumaríssimo e o Valor da causa .....	678
6.3.3.4. Recurso Ordinário no Procedimento Sumaríssimo .....	678
6.3.3.5. Recurso de Revista no Procedimento Sumaríssimo .....	679
6.3.4. Documentos .....	680
6.4. Indeferimento da Petição Inicial .....	680
6.5. Inépcia da Inicial .....	683
6.6. Aditamento da Petição Inicial .....	684
Questionário .....	684
<b>Capítulo VII – Resposta .....</b>	<b>687</b>
7.1. Introdução .....	687
7.2. Aspectos Técnicos do Exercício do Direito de Defesa pelo Reclamado (réu) .....	688
7.3. O Exercício do Direito de Defesa pelo Reclamado (réu) .....	689
7.3.1. Inexistência ou Nulidade de Citação .....	689
7.3.2. Pressupostos Processuais Subjetivos .....	690
7.3.2.1. Imparcialidade do Juiz .....	690
7.3.2.1.1. Procedimento da Exceção de Impedimento ou Suspeição do Juiz .....	692
7.3.2.1.2. Impedimento e Suspeição de Outras Pessoas ....	693
7.3.2.2. Órgão Jurisdicional Competente .....	693
7.3.2.3. Relativos às Partes (Autor) .....	695
7.3.3. Pressupostos Processuais Objetivos .....	695
7.3.3.1. Intrínsecos à Relação Processual .....	695
7.3.3.2. Extrínsecos à Relação Processual .....	696
7.3.4. Condições da Ação .....	696
7.3.5. Preliminares ou Prejudiciais de Mérito .....	696
7.3.6. Defesa de Mérito .....	698
7.4. O Prazo da Resposta no Processo Trabalhista .....	699

7.5. O Momento da Apresentação da Resposta no Processo Trabalhista .....	700
7.6. Resposta, Revelia e Confissão Quanto à Matéria de Fato .....	700
7.7. Reconvênção .....	701
7.7.1. A Omissão da Lei Processual Trabalhista .....	701
7.7.2. Conceito .....	702
7.7.3. Requisitos e Procedimentos .....	702
7.7.4. Revelia do Réu e a Reconvênção .....	704
7.7.5. Reconvênção e Compensação .....	705
7.7.6. Litisconsórcio .....	705
7.7.7. Reconvênção e Ação de Cumprimento .....	705
7.7.8. Reconvênção e o Processo de execução .....	705
7.7.9. Reconvênção e o procedimento sumaríssimo .....	705
7.7.10. Reconvênção e o Procedimento Sumário .....	706
Questionário .....	707
<b>Capítulo VIII – Audiência</b> .....	709
8.1. Conceito .....	709
8.2. Audiência e o Princípio da Publicidade .....	709
8.3. Horário das Audiências no Processo Trabalhista .....	711
8.4. Audiência e o Poder de Polícia do Juiz .....	711
8.5. A Duração da Audiência e o Comparecimento das Partes .....	712
8.6. A Presença das Partes na Audiência .....	714
8.6.1. A Representação do Empregador em Audiência .....	714
8.6.2. Demais Hipóteses .....	716
8.7. Trâmites da Audiência Trabalhista .....	717
8.8. A Realização da Audiência Una é Obrigatória? .....	718
Questionário .....	721
<b>Capítulo IX – Provas</b> .....	723
9.1. Prova: Conceito e Finalidade .....	723
9.2. Objeto da Prova .....	724
9.2.1. A Prova do Direito Invocado .....	726
9.3. Princípios Informativos da Prova .....	726
9.4. Ônus da Prova .....	729
9.4.1. Convenção Sobre o Ônus da Prova .....	732
9.4.2. A Prova do Fato Negativo .....	732
9.4.3. O Ônus da Prova e o Princípio in Dubio pro Operario .....	734
9.4.4. Máximas da Experiência .....	736
9.5. Indícios e Presunções .....	737
9.5.1. A Presunção e a Inversão do Ônus da Prova .....	738
9.6. Meios de Prova .....	740
9.6.1. Depoimento Pessoal .....	741
9.6.1.1. Da Confissão .....	742
9.6.1.2. Procedimentos do Depoimento Pessoal .....	743
9.6.1.2.1. Perguntas Indeferidas .....	745

9.6.1.2.2. Depoimento de Menores de 18 Anos.....	745
9.6.2. Prova Documental.....	746
9.6.2.1. Conceito de Documento.....	746
9.6.2.1.1. Documento Público.....	747
9.6.2.1.2. Documento Particular.....	748
9.6.2.1.3. Documentos Especiais.....	750
9.6.2.1.4. Cópias Reprográficas e a Fé que Emana Desses Documentos.....	751
9.6.2.1.5. Falsidade Documental.....	751
9.6.2.2. A Produção da Prova Documental.....	753
9.6.2.3. Incidente de Falsidade.....	755
9.6.2.3.1. Procedimento do Incidente de Falsidade.....	756
9.6.2.4. Exibição de Documento ou Coisa.....	757
9.6.2.4.1. Procedimento e Efeitos da Exibição Requerida contra a Parte.....	758
9.6.2.4.2. Procedimento e Consequências da Exibição Re- querida contra Terceiro.....	759
9.6.2.5. Prova Documental e o Processo Eletrônico.....	760
9.6.3. Prova Testemunhal.....	761
9.6.3.1. Conceito.....	761
9.6.3.2. Deveres e Direitos das Obrigações da Testemunha.....	762
9.6.3.3. Admissibilidade da Prova Testemunhal.....	762
9.6.3.4. Quem Pode ser Testemunha?.....	764
9.6.3.4.1. Incapazes.....	764
9.6.3.4.2. Impedidos.....	764
9.6.3.4.3. Suspeitas.....	764
9.6.3.5. Produção de Prova Testemunhal.....	766
9.6.3.5.1. O Número de Testemunhas.....	766
9.6.3.5.2. Comparecimento da Testemunha.....	766
9.6.3.5.3. O Procedimento Quanto ao Depoimento Teste- munhal.....	768
9.6.4. Prova Pericial.....	770
9.6.4.1. Conceito.....	770
9.6.4.2. A Admissibilidade da Prova Pericial.....	770
9.6.4.3. Perito.....	772
9.6.4.3.1. A Responsabilidade pelos Honorários Periciais.....	773
9.6.4.3.2. A Atualização da Verba Honorária Pericial.....	775
9.6.4.4. Procedimento.....	775
9.6.5. Inspeção Judicial.....	777
9.6.6. Prova Emprestada.....	777
9.6.6.1. A Prova Emprestada em Relação às Pessoas dos Liti- gantes.....	779
9.6.6.2. A Prova Emprestada Produzida em Juízo Incompetente..	780
9.6.6.3. A Prova Emprestada Produzida em Processo Anulado.....	780

9.6.6.4. A Prova Emprestada Formulada em Processo Criminal ....	781
9.6.6.5. Ementário Jurisprudencial.....	781
9.7. A Valoração das Provas .....	783
Questionário.....	784